

A INTERCEPTAÇÃO DAS  
**COMUNICAÇÕES**  
**TELEMÁTICAS**  
NO PROCESSO PENAL



Ricardo Sidi



Copyright © 2016, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2016, Ricardo Sidi.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa**  
*Letícia Robini de Souza*

**Diagramação**  
*Christiane Moraes de Oliveira*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 3261 2801  
CEP 30140-007

1073824

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

SIDI, Ricardo

A interceptação das comunicações telemáticas no processo penal — Belo Horizonte:  
Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-308-1

1. Direito . 2. Direito Processual Penal I. Título. II. Direito

CDU347

CDD342.1

# SUMÁRIO

## Prefácio

### Entre utopias e distopias, o primado da racionalidade

*Marcos Zilli* ..... 15

## Apresentação

*Gustavo Henrique Badaró* ..... 21

## Introdução ..... 25

## 1. Intimidade, vida privada e interceptação das comunicações telemáticas ..... 33

1.1. Intimidade e vida privada ..... 33

1.2. Intimidade e vida privada como direitos fundamentais ..... 36

1.3. A proteção à vida privada e à intimidade no cenário internacional ..... 40

1.4. Eficiência e garantismo e o princípio da proporcionalidade ..... 47

1.5. A busca da verdade e o processo penal constitucional ..... 54

1.6. O direito à investigação como vertente do direito à prova ..... 58

1.7. Interceptação telemática: natureza jurídica ..... 59

## 2. Comunicação telemática, internet e os meios modernos de interceptação ..... 67

2.1. Comunicação telemática e internet ..... 67

2.2. Meios modernos de interceptação das comunicações telemáticas ..... 73

2.2.1. As *backdoors* e a cooptação das maiores empresas da internet pelas agências de inteligência ..... 74

2.2.2. Aplicativos especialmente voltados para a criptografia ..... 82

2.2.3. Outros métodos de interceptação: o método <i>roving bug</i> , a interceptação de rádios <i>push-to-talk</i> , a tecnologia <i>keyword spotting</i> , a interceptação integral do fluxo de dados, a busca virtual e os <i>keyloggers</i> e <i>screenloggers</i> .....	85
2.2.4. Sistemas em uso no Brasil.....	90

### **3. A interceptação das comunicações telemáticas: diálogos de direito comparado ..... 95**

3.1. Estados Unidos da América .....	95
3.1.1. A Quarta Emenda e a <i>expectation of privacy</i> .....	95
3.1.2. <i>Wire, oral</i> e <i>electronic communication</i> .....	98
3.1.3. <i>Interception of communications</i> e obtenção de <i>stored communication</i> .....	101
3.1.4. A proteção aos dados de tráfego.....	109
3.1.5. Interceptação das comunicações eletrônicas .....	112
3.1.6. Interceptação com dispensa de autorização judicial.....	124
3.1.7. Exclusão da prova ilícita .....	126
3.1.8. Encontro fortuito.....	134
3.1.9. Aspectos mais relevantes .....	136
3.2. Reino Unido .....	139
3.2.1. <i>Right to respect for private and family life</i> .....	139
3.2.2. A evolução da legislação sobre interceptação das comunicações .....	141
3.2.3. A legislação britânica na atualidade .....	151
3.2.4. O tratamento da prova ilícita .....	160
3.2.5. <i>The Investigatory Powers Tribunal</i> .....	165
3.2.6. Os dados de tráfego.....	168
3.2.7. Armazenamento obrigatório de dados de tráfego .....	170
3.2.8. Disciplina legal da criptografia.....	171
3.2.9. Aspectos mais relevantes .....	173
3.3. Espanha.....	175
3.3.1. Proteção constitucional à intimidade pessoal e familiar e ao segredo das comunicações.....	175
3.3.2. A interceptação das comunicações eletrônicas .....	180
3.3.3. Dados de tráfego e sua preservação obrigatória .....	186
3.3.4. Regulamentação da criptografia .....	198

3.3.5. Inutilização de material interceptado .....	200
3.3.6. Sanções penais e administrativas para interceptação e divulgação ilegais do produto de interceptação e para o descumprimento do dever de facilitar interceptação e de armazenar dados relativos a comunicações eletrônicas .....	200
3.3.7. Aspectos mais relevantes .....	203

## **4. A interceptação das comunicações telemáticas no Brasil..... 207**

4.1. Intimidade, vida privada e o sigilo das comunicações na Constituição de 1988.....	208
4.1.1. Esclarecimentos terminológicos.....	208
4.1.2. A regra da inviolabilidade do sigilo das comunicações: restrições e âmbito de proteção .....	212
4.1.3. A inviolabilidade do sigilo das comunicações e as exceções constitucionais .....	219
4.2. Classificação probatória .....	230
4.3. Pressupostos .....	323
4.4. Prazo.....	240
4.5. Legitimados a autorizar .....	248
4.5.1. Reserva de jurisdição e CPI.....	249
4.5.2. Interceptação determinada pelo juiz de ofício.....	255
4.6. Legitimados a requerer e a promover interceptação .....	258
4.7. A inutilização das comunicações que não interessarem à prova.....	270
4.8. Acesso ao material captado .....	276
4.9. Prova ilícita .....	279
4.10. Encontro fortuito de provas .....	288
4.11. Dados de tráfego, dados de conteúdo e e-mails armazenados.....	294
4.11.1. A necessidade de autorização judicial.....	307
4.12. Interceptação preventiva .....	314
4.13. As tecnologias de criptografia e sua regulamentação .....	316

## **5. Conclusão..... 323**

## **Referências..... 341**